Apresentação: 25/06/2024 19:36:45.587 - Mesa
INC n.698/2024

INDICAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Sugere a revisão e atualização das políticas de controle de queimadas, aumentando as penalidades para práticas ilegais, além de reforçar a presença de agentes de fiscalização do IBAMA e do ICMBio em áreas vulneráveis.

Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente,

A presente Indicação tem por objetivo sugerir a esse Ministério a revisão e atualização das políticas de controle de queimadas, aumentando as penalidades para práticas ilegais, além de reforçar a presença de agentes de fiscalização do IBAMA e do ICMBio em áreas vulneráveis.

Partindo desse pressuposto, considerando os dados alarmantes fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)[1], que apontam um aumento de 153% nos focos de queimadas na Amazônia entre janeiro e abril de 2024, comparados ao mesmo período de 2023, e o aumento de 81% no total de queimadas em todo o país, torna-se evidente a interposição de ações emergenciais para o enfrentamento desta problemática.

Nesse contexto, o relatório do INPE revela que a região da Amazônia Legal, composta por nove estados, concentrou mais de 60% dos focos de

1 CNN Brasil. "Queimadas na Amazônia mais do que dobraram nos primeiros meses de 2024". Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/queimadas-na-amazonia-mais-do-que-dobraram-nos-primeiros-meses-de-2024/>. Acesso em: 08/06/2024.

CD242651491700
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242651491700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 25/06/2024 19:36:45.587 - Mesa
INC n.698/2024

queimadas registrados no Brasil nos primeiros quatro meses deste ano. Logo, esse crescimento expressivo está associado, em parte, aos efeitos colaterais da estiagem histórica ocorrida entre junho e agosto de 2023.

A partir desse contexto, sugere-se a revisão das políticas atuais de controle de queimadas, com o objetivo de torná-las mais eficazes e abrangentes. Além disso, recomenda-se a atualização das normas e regulamentos para incorporar tecnologias modernas de monitoramento e práticas de manejo sustentável.

Dessa maneira, para combater as queimadas não autorizadas e ilegais, é crucial aumentar significativamente as penalidades aplicáveis a essas práticas. Atualmente, as multas e sanções em vigor não têm sido suficientes para desestimular a prática de queimadas ilegais, que continuam a ocorrer em ritmo alarmante. Portanto, sugere-se o endurecimento das penalidades, com a imposição de multas mais severas, que realmente impactem economicamente os infratores. Além das multas, outras medidas punitivas devem ser implementadas, como a suspensão de benefícios fiscais, restrições de crédito e a inclusão dos responsáveis em listas de restrições para acesso a financiamentos públicos.

Outro ponto importante é que a eficácia das políticas revisadas de controle de queimadas depende diretamente do fortalecimento da fiscalização ambiental, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Logo, é necessário aumentar a presença de agentes fiscalizadores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas regiões críticas, como a Amazônia Legal. Igualmente, a ampliação do contingente deve ser acompanhada de melhores condições de trabalho e recursos adequados, incluindo equipamentos de monitoramento, veículos e suporte logístico. Além disso, a formação contínua dos agentes em técnicas

CD242651491700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242651491700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 25/06/2024 19:36:45.587 - Mesa
INC n.698/2024

modernas de fiscalização e combate a incêndios é essencial para garantir ações mais efetivas.

Em suma, essas ações são essenciais para mitigar os impactos ambientais e sociais das queimadas, preservar a biodiversidade e assegurar a sustentabilidade dos biomas brasileiros.

Assim, na expectativa de reconhecimento da relevância da proposta ora apresentada, aguarda-se o retorno deste Ministério quanto às medidas adotadas sobre a matéria.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado AMOM MANDEL

CD242651491700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242651491700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 25/06/2024 19:36:45.587 - Mesa
INC n.698/2024

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a revisão e atualização das políticas de controle de queimadas, aumentando as penalidades para práticas ilegais, além de reforçar a presença de agentes de fiscalização do IBAMA e do ICMBio em áreas vulneráveis.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a revisão e atualização das políticas de controle de queimadas, aumentando as penalidades para práticas ilegais, além de reforçar a presença de agentes de fiscalização do IBAMA e do ICMBio em áreas vulneráveis.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado AMOM MANDEL

CD242651491700

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242651491700
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel